
UMA PROPOSTA CURRICULAR NO ENSINO DE HISTÓRIA: A INCLUSÃO DO ESTUDO SOBRE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Augusto Monte Spínola Cardoso Júnior
SEC-BA
augustomonte@gmail.com

Este artigo se volta para uma discussão sobre a proposta da inclusão, no currículo de História na Educação Básica, de estudos sobre a construção de uma identidade regional, a partir das relações sociais e das relações com o espaço, particularmente a *feira livre* que, construindo-se, constrói cada pedaço da cidade e de si mesma. Num primeiro momento, trataremos da história do Ensino de História no Brasil, visto que esta análise possibilita entender a trajetória do ensino da ciência com uma maior compreensão, a partir de cada contexto, das modificações que ocorreram neste processo; atualmente, a presença de um currículo voltado para as características identitárias locais no estudo da história, se faz extremamente necessária. Em seguida faremos uma breve apresentação sobre a cidade de Feira de Santana, buscando justificar, em função do grande desenvolvimento comercial e industrial da cidade acompanhado inclusive pela presença feira livre, a inserção curricular que estamos propondo. Finalmente, trataremos uma discussão sobre identidades construídas, numa compreensão de que tal atitude justificará a peculiaridade da identidade local aqui em Feira de Santana.

A proposta de estudos que trazemos aqui é uma proposta de alteração curricular, como já foi mencionada anteriormente, na Área de História. Procuraremos entender, a partir dos diálogos com nossos referenciais teórico-metodológicos como se processou a história do ensino de História, suas tendências e seus objetivos para favorecer a compreensão das razões de uma pesquisa sobre currículo e identidade num espaço tão público e tão singular como a feira livre aqui em Feira de Santana.

Breve apresentação da história do Ensino de História

Sabemos que a História como disciplina escolar foi criada no Brasil somente a partir do século XIX. Segundo Circe Bittencourt, a disciplina se constrói não somente pela “transposição didática”, como acreditavam autores franceses, mas também através papel exercido pela escola num momento específico (BITTENCOURT, 2004). Diante das considerações acerca deste espaço escolar como local de produção de saber próprio, espera-se que a disciplina escolar não seja entendida como uma metodologia, mas como integrante de uma cultura escolar (BITTENCOURT, 2004) capaz de exercer e entender relações com o mundo exterior e, diante disso, assumir uma seleção de conteúdos inerentes ao seu tempo histórico e às relações estabelecidas com a comunidade.

A *História-disciplina-escolar* no Brasil especificamente revelou-se instrumento de manipulação ideológica, ora de uma habilidade de leitura e da ideologia católica cristã, ora de um nacionalismo necessário ao Estado recém-nascido no início do século XIX, poucos anos antes da criação e incorporação da disciplina ao ensino no país. Em seguida ao abolicionismo e a República, a escola se transforma, modificando-se para atender uma nova necessidade social, a alfabetização, pré-requisito para o exercício da cidadania, aqui entendido como o poder de voto.

Utilizando-se de uma citação do historiador Eric Hobsbawm, que se refere à *invenção das tradições* no Brasil, Circe Bittencourt (2004) analisa a construção do patriotismo que marcaria o ensino (e o livro didático) de História no início do século XX. Ensinar História nesse momento destacaria mais elementos daqueles que estavam próximos de serem objetos de estudos da Geografia ou da Sociologia - riqueza, matas, rios e clima, seguido de mestiçagem, moral sem preconceitos, e paz, que da Ciência História: a ação do homem num tempo sempre em movimento.

Um pouco mais adiante, na década de 1930 do século XX, quando na Europa já se respirava os ares de uma das maiores contribuições, segundo vários historiadores, ao estudo e ensino da História em todos os tempos, responsável por transformações jamais vista no campo desta Ciência - a revista francesa *Annales* - o Brasil de Getúlio Vargas consolidava a memorização e os estudos (cultos) aos heróis da pátria e ao Sete de Setembro. Entretanto, este método mnemônico do ensino da História como outros

métodos que vão ser criados, não se limitam a um tempo específico, aquele da criação do método, mas se encontram e se misturam às vezes a outros métodos no decorrer da História, sendo possível encontrá-los num tempo futuro. Sabemos que por volta de 1971, quando foi instituído o ensino de Estudos Sociais, em detrimento do ensino de História e ciências afins da Área de Humanas, ainda que essa instituição signifique uma profunda alteração na relação do saber histórico com a sociedade, enquanto método utilizado no passado século XIX, a memorização, ainda fará parte da realidade brasileira.

De qualquer maneira, ainda que a história do ensino de História tenha convivido com um conjunto de transformações pertencentes à relação da escola com seu tempo e comunidade, não acompanharam estas transformações, ou melhor, não se incluiu o estudo do processo de construção de identidades humanas, relativas aos variados contextos e suas histórias de relações sociais e com o meio em que se vive de forma explícita ou implícita.

Esperava-se que o ensino (e o currículo) de História, considerando as teias de relações sociais que existem, discutisse e a si incorporasse a construção da identidade cultural e a aprendizagem e vivência desse conceito: “considerando que o saber é apropriado e construído, não há como não se preocupar com as questões sobre identidade, linguagem, registros, pluralidade” (NIKITIUK, 1996).

Um pouco sobre Feira de Santana

A necessidade de incluir um estudo de História diante da construção da (s) identidade (s) regional (is) dos alunos de Feira de Santana nas suas relações com o espaço, com a cultura e com o cotidiano nos remete a esta pesquisa. O Povoado de Santa Anna dos Olhos D'água, no século XIX se transformava num local próspero, com ares de curral. A partir de 1832, Feira crescia sob rica economia agropecuária, somando-se a isso um alegado clima saudável. Tornava-se a cada dia, um centro urbano formidável.

Rapidamente o povoado transforma-se na Vila de Santana da Feira e consegue superar outras regiões (Cachoeira e Nazaré das Farinhas) na produção agrícola. Organiza

também sua importante *feira do gado* que muito contribuiu para o desenvolvimento da economia regional. Durante esse período, Feira de Santana atingia uma posição de destaque na economia da Província da Bahia. Se até 1807, o povoado não era tão conhecido, em 1819, a feira de gado já empresta nome ao lugar e em 1825, se fala num comércio de gado, às terças-feiras, onde se ajuntavam de três a quatro mil pessoas. Era o início da riqueza dos criadores de gado na *entrada* do sertão da Bahia.

Independente de possuir ou não o estatuto de sertão, Feira de Santana - para além das discussões da geografia - apresentava uma cultura material infestada de ares sertanejos: vaqueiros, currais, vendinhas, bois, carne do sol, couro, perseguições, lutas, mandacarus, esterco, sanfonas, musicalidade, cordel, cantorias e aboios. Uma incrementada mistura de elementos culturais que nos faz vislumbrar uma complexa inter-relação da essência do cotidiano da vida do povo da zona rural, como roceiros, vaqueiros, mateiros e rezadeiras. Sujeitos que faziam a cultura popular do local, da Vila de Feira de Sant'Ana e que eram muito mais sujeitos do campo, que indivíduos de uma camada urbana.

Nessa outrora Vila, prenhe de narrativas orais, gestuais, cantorias e pelejas, foram sendo cultivadas memórias sobre muitos aspectos da cultura popular. Muitas destas memórias não se perderam no tempo, pelo contrário, estão vivas e são freqüentemente acesas pelo desejo de contar e cantar o sertão das boiadas, acompanhados pelo som do berrante ou das palmas, sob a luz dos candeeiros.

O povoado crescia e se transformava em um espaço dinamizado pela ampliação da feira do gado e da feira de produtos agrícolas, ouro, fumo, tecido, o que promovia a riqueza dos donos das aguadas e negociantes de gado. Em paralelo a esse crescimento econômico que favoreceu politicamente o povoado, elevando-o à condição de Vila, um grupo de agricultores com veia de comerciantes, fazia a feira livre desenvolver-se e desenvolviam-se junto com ela, dando contornos, moldando o que vem a ser uma das mais fortes características o lugar.

Hoje, a cidade de Feira de Santana, segunda maior do estado da Bahia, está situada numa zona de planície, entre Recôncavo e os tabuleiros do semi-árido nordestino. Ocupa uma área de $1.338,1 \text{ km}^2$. Distante 108 km da capital, Salvador, conta com um

número expressivo de estabelecimentos educacionais, que oferecem desde a pré-escola ao Ensino Médio. Dessas escolas, 70,5% estão situadas na sede do município. No setor educacional, Feira de Santana possui ainda um centro de excelência: a Universidade Estadual de Feira de Santana.

A necessidade de incluir um estudo de História diante da construção da (s) identidade (s) regional (is) dos alunos de Feira de Santana nas suas relações com o espaço, com a cultura e com o cotidiano nos remete a este texto. No caso dos alunos e professores, acreditamos que a questão da atribuição de uma identidade ocorra por não dar o devido crédito às transformações de identidades no processo histórico: “A identidade é definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” (HALL, 2005). Assim, buscamos com este estudo, dar o enfoque devido às definições que se processam no cotidiano histórico, favorecendo as construções de identidades flexíveis e até contraditórias, presentes nas realidades possíveis e vividas por cada um de nós.

Com a finalidade de possibilitar uma alteração curricular para que os professores disponham em sala de aula, de informações sobre identidade cultural, no seu processo constante de construção, pretendemos tomar como *objeto de estudo* os alunos da 5ª série do curso de Ensino Fundamental do Colégio Estadual José Ferreira Pinto, Feira de Santana - Ba. A escola funciona num espaço físico próprio, e foi concebida para atender a demanda dos alunos para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. E a nossa proposta de estudo pode levar a uma mudança na conjuntura da escola possibilitando ao currículo de História, uma inclusão acerca da construção das identidades culturais, mediante a fundamentação teórica referida.

Aqui a identificação do conceito de identidade cultural junto aos alunos e professores da instituição referida favoreceu um (re) conhecimento acerca deste espaço escolar como local de produção do saber, junto a um percentual significativo de uma clientela que constrói e desconstrói, a cada dia, a sua própria história no construir e desconstruir insistentemente, das várias frações da feira livre, agora espalhadas por várias artérias da cidade - ruas, becos e avenidas, portas de lojas, de agências bancárias e praças,

todos estes espaços tomados por barracas, tendas, esteiras, (até capôs de carros!) onde se organizam e re-organizam em movimentos constantes (que convém entendermos como a dinâmica da História)! Uma feira que traz consigo um diversificado número de produtos e de memórias, de gente e de histórias.

Encontram-se num mesmo espaço, constituindo uma mesma forma ou imagem, pessoas que vivem do comércio ambulante e que não se limitam a percorrer ruas e becos e tantos outros espaços de memórias; não apenas por opções de melhores negócios, mas muitas vezes por imposições de decisões políticas que, se não convém discutirmos aqui neste artigo, não conseguiram impedir as tantas outras construções de feiras, que variaram (e variam), desde a forma de um carrinho de mão com cestos ou não sobre eles, até a ocupação de calçadas inteiras das ruas, oferecendo, para além de produtos agrícolas como tomates, alfaces, coentros, batatas e beijus - realçando a visão multicolorida da feira - facas, espelhos, mata ratos, pastas milagrosas e ervas medicinais, tensões sociais, memórias, imagens, história.

Pensamos por ora, numa atuação do professor diante da História-disciplina- escolar, não com uma postura de estudos de metodologias, mas com uma visão da História integrante de uma cultura escolar capaz de exercer e entender relações com o mundo exterior. O que levará este professor (em atitude conjugada com toda a escola) a assumir uma seleção de conteúdos inerentes ao seu tempo histórico e às relações estabelecidas com a comunidade. Numa prática dinâmica de agir e transformar – via processo de formação - contrária aquela de autuar e reproduzir, como muitas vezes ainda acontece no âmbito do ensino de História.

As Identidades construídas

Neste sentido, a partir do momento em que o homem se faz homem a partir do trabalho, das relações cotidianas entre os sujeitos e regiões específicas, (espaços) rurais e urbanas, passamos a acompanhar a construção de identidade como fator que caracteriza determinado grupo diante dos outros. As semelhanças entre si e as diferenças diante dos

outros, acabam por fornecer um elemento concreto de reconhecimento de uma integração coletiva, possibilitando aquilo que vamos chamar de identidade (HALLL, 2005). Tomaz Tadeu da Silva, na análise da concepção pós-estruturalista sobre multiculturalismo afirma que *a diferença não é uma característica natural: ela é discursivamente construída. Além disso, a diferença é sempre uma relação: não se pode ser 'diferente' de forma absoluta; é-se diferente relativamente a alguma outra coisa, considerada precisamente como 'não-diferente'* (SILVA, 1999). Entretanto estas construções conceituais precisam ser melhores explicadas no campo do currículo de História.

Durante toda a nossa história, estudiosos das relações humanas – historiadores, sociólogos e antropólogos, para citar alguns - tentaram explicar essas transformações sociais, por compreenderem que a sociedade possuía características mais intrínsecas. Entretanto suas explicações pouco avançaram no campo do currículo escolar, mais especificamente o do currículo de História. É também em virtude desta questão que nos lançamos numa tentativa de produção deste estudo: discutir sobre a intencionalidade de se fazer uma alteração no currículo de História, possibilitando um novo viés de estudos e compreensões sobre multiculturalismo.

Nunca foi fácil atuar como professor de História, nem estamos aqui para discutir essa questão, mas contraditoriamente, nos últimos anos, quanto mais se pesquisa sobre temas e objetos que antes não compunham o campo do ofício do historiador, como o campo da História da Educação para ficarmos num só exemplo, mais se acumula conhecimentos nos acervos já existentes para serem trabalhados (ROCHA, 2002).

E já que reconhecemos que textos voltados para a História Geral, tendem a nos fazer enxergar cada vez mais uma história parcial, unilateral e extremamente preconceituosa cabe nessa busca de novas interpretações inerentes ao nosso momento vivido, apresentar rumos esclarecedores a um novo estudo de História, com proposta de um novo currículo, específico ao caso estudado.

Esta proposta de alteração curricular no curso de História, no Ensino Básico, se dá pela compreensão das implicações das formas e imagens constituídas pelas feiras

livres em Feira de Santana e pela riqueza intrínseca presente, tanto nas memórias da população dos feirantes-comerciantes que constroem a feira, como da população freguesa que a compõe e dá vida ao comércio, num movimento de compra e venda febril dos produtos oferecidos. Assim entendemos que o nosso texto está intimamente relacionado à História da Educação, à memória e as diversas paisagens das feiras livres no centro e arredores da cidade de Feira de Santana, o que amplia pelo próprio aumento de objetos e temas estudados pelos historiadores como já falamos anteriormente, o interesse por esta alteração curricular para tratar da gente da feira nas escolas da Feira de Santana.

REFERÊNCIAS

- BITTENCURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____ (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamim. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC, 1999.
- BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História; novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARVALHO, Mercedes. (org.) *Ensino Fundamental: práticas docentes nas séries iniciais*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CESAR, Eliezer. Empório do sertão – a extinção da grande feira destrói parte da identidade cultural de Feira de Santana. *Revista do Correio da Bahia*; Memórias da Bahia II: 2002, p. 48-50.
- CABRINI, Conceição et all. *O ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAIRELL, Juarez. (org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.
- GUSMÃO, Emery Marques. *Memórias de quem ensina História – cultura e identidade docente*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 10ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula – conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2007.
- NIKITIUK, Sônia Maria Leite. *Repensando o ensino de História*. São Paulo: Cortez, 2004.
- OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003, v.4.
- OLIVEIRA, Ivone Martins. *Preconceito e autoconceito*. Campinas: Papyrus, 1994.

-
- PINSKY, Jaime (Org.). *O Ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1994.
- ROCHA, Ubiratan. *História, currículo e cotidiano escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SOUZA, Vanilton, & ROSA, Dalva. *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação e professores*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.